

Pressão dos bancos para receber juro

13 JAN 1988

Sinda

GAZETA MERCANTIL

8861 NVC 81

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, abriu ontem mais uma rodada de conversações com os bancos credores, em Nova York, afirmando, numa breve apresentação, que os princípios que orientaram a proposta de negociação da dívida externa apresentada pelo governo em dezembro passado continuam válidos. Sem descer a detalhes, Milliet mencionou o desejo do País de obter um acordo no menor prazo possível e disse que o País fará "negociações paralelas" com os bancos e os organismos multilaterais de financiamento. Ele reafirmou, contudo, que o Brasil continuará a não aceitar a vinculação entre os desembolsos dos empréstimos dos bancos e os do Fundo Monetário Internacional.

Antes de reunir-se com os executivos dos bancos, o presidente do BC almoçou no Hotel Intercontinental

com os co-presidentes do comitê de bancos, William R. Rhodes, do Citicorp, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, e Michael Hunter, do Lloyds Bank.

Segundo fontes financeiras, a reação dos bancos "não poderia ser classificada de positiva". Executivos de várias instituições reclamaram da decisão do governo brasileiro de não reiniciar os pagamentos de juros em janeiro, conforme ficara, segundo sua interpretação, estipulado no "entendimento preliminar" que o País assinou com o comitê de bancos em novembro passado. Diante das queixas, o presidente do BC disse que o governo entendera, desde o início, que a retomada dos pagamentos acertada só se efetivaria mediante a conclusão de um acordo mais amplo de reescalonamento da dívida. Por isso, disse Milliet, os dois lados devem trabalhar para que as negociações avancem rapidamente.

Banqueiros ouvidos por este jornal disseram que a pressão pelo pagamento sobre o Brasil deverá crescer substancialmente a partir do dia 15, pois nesta data haverá os primeiros vencimentos de juros importantes para vários grandes bancos. Sinalizando essa pressão, uma fonte categorizada do comitê disse que, embora o interesse dos dois lados seja o de buscar um acordo, o não pagamento dos juros de 1988 pelo Brasil poderá levar o governo norte-americano a cumprir sua ameaça de reclassificar o crédito brasileiro, envenenando de forma irremediável o clima para negociações.

O presidente do Banco Central agradeceu aos bancos pelo desembolso da segunda parcela do empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões, concluído ontem, num total de US\$ 240 milhões. Ontem, o dinheiro, reforçado por uma transferência de US\$ 120 milhões das reservas brasileiras, começou a ser remetido pelo Citicorp para o conjunto dos credores da dívida externa brasileira. O montante, de US\$ 360 milhões, cobre a conta de juros da segunda quinzena de dezembro de 1987. No último dia 30, o Brasil pagara US\$ 1,1 bilhão ao banco, referentes aos juros de 1º de outubro a 15 de dezembro de 1987, depois de receber o primeiro desembolso do empréstimo-ponte, de US\$ 715 milhões. O desembolso final, de US\$ 2 bilhões, que cobrirá dois terços dos juros não pagos entre 20 de fevereiro de 1987, quando o Brasil declarou a moratória, e 30 de setembro, só ocorrerá quando entrar em vigor o acordo de reescalonamento da dívida que começa agora a ser negociado.

Pelo "entendimento preliminar", isso ocorrerá, na melhor das hipóteses, em junho. A proposta de renegociação que o Brasil apresentou aos bancos no mês passado continha pedidos de refinanciamento de juros — ou dinheiro novo, como preferem os bancos — de US\$ 3,4 bilhões em 1987, US\$ 3,7 bilhões em 1988 e US\$ 4,4 bilhões em 1989, ou 60% em cada ano, além da renovação, por 25 anos, do principal da dívida no período compreendido entre 1986 e 1992.